

**IV SUSTENTARE & VII WIPIS**  
**WORKSHOP INTERNACIONAL**  
**Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos**  
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE PUC-CAMPINAS WIPIS PUC-CAMPINAS

Apoio: Agência das Bacias PCJ COMITÊ PCJ

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUSTENTABILIDADE E PRÁTICAS DE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG) NO BRASIL**

*Cristiano Monteiro da Silva, Giovanna Hitomi Shimada Rigo, Giovana Silva, Matheus Augusto de Souza Alexandre, Samuel Marchi Gonzalez,*

Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC-Campinas, São Paulo, Brasil,  
**E-mails:** cristiano.monteiro@puc-campinas.edu.br, giovanna.hrs@puccampinas.edu.br, giovanna.s1@puccampinas.edu.br, matheus.asa@puccampinas.edu.br, samuel.mg@puccampinas.edu.br

### **Resumo**

O contexto mundial expõe diversas instituições dedicadas a construção estratégica da sustentabilidade. Diante desse contexto, convém destacar o processo decisório que constrói laços entre as políticas públicas e as melhores práticas de Environmental, Social and Governance (ESG). Este trabalho discute o contraditório envolta das políticas e práticas da institucionalidade constituída na sociabilidade brasileira, por conta das particularidades que são atribuídas como atrasos históricos em dimensões fundamentais do seu desenvolvimento. A justificativa mais alta aparece na apreensão de que as instabilidades ligadas ao processo decisório estratégico estabelecido na sociabilidade brasileira carecem de soluções inovativas. Este trabalho de pesquisa assume a indagação que relaciona os processos decisórios das políticas conduzidas pelas instituições públicas e as práticas da sustentabilidade empresarial. A hipótese é que a construção da sustentabilidade, no plano da sociedade brasileira, incorpora decisões de políticas públicas e melhores práticas de ESG que carecem de alinhamentos estratégicos, no sentido propositivo da valoração da cultura de cuidados socioambientais. O objetivo central deste trabalho é contribuir com a discussão sobre os alinhamentos entre as governanças que se manifestam em instituições públicas e privadas estabelecidas na sociedade brasileira. O procedimento metodológico incorpora uma pesquisa bibliográfica que embasa as apreensões sobre a concepção e a formulação das políticas públicas e as práticas de sustentabilidade empresarial. O trabalho também expõe o analítico exploratório das políticas e práticas de ESG promovidas por um conjunto de empresas reconhecidas no mercado de capitais brasileiro. A estrutura do trabalho mostra resultados de uma revisão bibliográfica baseada em autorias expoentes do pensamento crítico e reflexivo acerca da sustentabilidade e das melhores práticas de ESG, além disso, uma construção metodológica que apoia a análise do desempenho corporativo que incorpora melhores práticas de ESG, por fim, a discussão sobre os alinhamentos entre as decisões das instituições públicas e privadas, diante de um possível novo plano estratégico de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Políticas públicas, Governança Corporativa.

### **Introdução**

Os atores das sociabilidades de diversos países estão assumindo o debate que perpassa a construção estratégica da sustentabilidade, especialmente, os planos envoltos do que se reconhece como Environmental, Social and Governance (ESG), em outras palavras, o compromisso estraté-



gico com a agenda que visa a adoção de práticas de governança corporativa integradas a cultura de cuidados socioambientais. Sabe-se que esses sentidos estratégicos se encontram respaldados pelas leituras que aparecem no pacto global impulsionado pela Organização das Nações Unidas (ONU), documento que aponta desafios e assimetrias que marcam os posicionamentos dos atores, instituições e governanças comprometidas com esse processo estratégico [1].

Este trabalho se insere no peculiar da discussão que diz respeito a construção das políticas públicas e a adoção das melhores práticas de Environmental, Social and Governance (ESG), doravante, apenas ESG, que são revestidas pelos posicionamentos das lideranças posicionadas no Poder Público e na dimensão da governança do desempenho corporativo que se viabiliza em ambientes de negócios na sociedade brasileira.

O objetivo central deste trabalho é contribuir com a discussão sobre os alinhamentos estratégicos envolvendo os processos decisórios das políticas públicas promotoras de sustentabilidade e as ações comandadas por corporações participantes do mercado de capitais brasileiro.

A estrutura do texto contempla uma fundamentação teórica que embasa as leituras sobre a construção estratégica da sustentabilidade, considerando as ações de atores sociais, seguida pela discussão de resultados que elucida alguns desafios para o alinhamento entre as políticas públicas e as práticas de governança corporativa direcionadas ao processo estratégico da sustentabilidade.

### ***1. Instituições, governança e sustentabilidade empresarial***

O Poder Público está incorporando o debate da estratégia da sustentabilidade nas formulações de políticas públicas e suas inter-relações com a vida social. Este processo resulta na cobertura de políticas públicas ambientais, por exemplo, a regulamentação mediada pelos conselhos ambientais em todos os níveis de governos, o acesso às informações, os posicionamentos das organizações não-governamentais, entre outros tantos instrumentos. Todavia, na sociabilidade brasileira, prevalece a contradição que se vê nas relações entre os inúmeros avanços institucionais e o crescimento de problemas ambientais, portanto, o contraditório que se manifesta na governança que pede ao Estado a devida articulação com a sociedade civil [2].

Contudo, além da dimensão do cuidado com o meio ambiente, as políticas públicas expressam a amplitude característica da complexidade dos problemas sociais, ou seja, o processo decisório tem que levar em conta a multiplicidade de fatores da cultura, educação, saúde, emprego, renda, segurança, entre outras dimensões da sociabilidade. Enfim, as políticas públicas para sustentabilidade são mediadas pelas interações entre os atores sociais e constituídas por múltiplas dimensões da vida social [3].



O planejamento das empresas carece de diagnóstico estratégico bem estruturado, em outras palavras, os esforços de análises coerentes que articula os fatores dos ambientes de negócios com as postulações para as distintas funcionalidades do desempenho corporativo. Desta maneira, a empresa implementa ações estratégicas de sustentabilidade, que são compostas por inúmeras variáveis das dimensões da governança dedicada aos cuidados socioambientais.

A construção da cultura de cuidados socioambientais depende de respaldos dos stakeholders, bem como das capacidades da geração de valor estabelecidas em cada setor econômico. A estratégia da sustentabilidade, mediada pelas práticas de ESG, concede as empresas novas forças para a competitividade empresarial. Essencialmente, a sustentabilidade empresarial abarca os compromissos de ser economicamente viável, contribuindo com o desenvolvimento social sem agredir o meio ambiente [4].

O assunto das potencialidades das ações estratégicas de sustentabilidade para a geração de valor das empresas se insere no debate provocado neste trabalho. A delimitação do assunto passa por compreensões sobre a capacidade da geração de valor para as empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3). Convém observar que o porte da empresa, conseqüentemente, os impactos de suas ações sobre as dimensões sociais, econômicos e ambientais, são fatores observados no conjunto das empresas atuantes nesse segmento do mercado de capitais brasileiro. As experiências do mercado de capitais brasileiro exponenciam que a incorporação da sustentabilidade no planejamento estratégico implica em crescimento do valor de mercado das empresas [5].

O contexto das crises ambientais trouxe consigo novos comportamentos dos consumidores, agora mais interessados em “produtos verdes”. Este fenômeno se conecta com um fator crítico do ambiente corporativo, que se reconhece como “Greenwashing”, em outras palavras, a disseminação de informações falsas ou incompletas para demonstrar uma imagem pública de responsabilidade ambiental [6].

Finalmente, os fundamentos teóricos, conceituais e históricos, elencados nesta parte do trabalho, apoiam leituras das relações entre as ações da institucionalidade pública e a governança corporativa envolta da construção estratégica da sustentabilidade, diante das peculiaridades do processo contraditório da sociabilidade brasileira.

## *2. Notas metodológicas*

O procedimento metodológico considera empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3), publicado pela Bolsa de Valores, abrangente das cotações dos ativos de empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Convém des-



tacar que esse procedimento metodológico também baseia as leituras do desempenho corporativo e da geração de valor que são derivadas de ações estratégicas de ESG, pelo fato de que as empresas listadas no índice ISE B3, abordadas neste trabalho, possuem ativos valiosos do mercado de capitais.

A leitura sobre o desempenho corporativo relacionado as práticas de ESG são capturadas pelo exploratório de dados secundários que estão publicados em relatórios da bolsa de valores (B3), e esse resultado é alcançado via a análise de indicadores da incorporação dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos planos das empresas.

As leituras das políticas do poder público incorporam apreensões dos relatórios de organismos internacionais, desde a agenda 2030 da ONU, passando pelas informações sobre as governanças exercidas na sociedade brasileira, desde os últimos anos. Convém destacar que a pesquisa bibliográfica baseia a captura dessas possíveis ligações entre as políticas públicas para a sustentabilidade e a governança corporativa orientada pelos cuidados socioambientais.

Os objetivos deste trabalho, que perseguem apreensões de possíveis alinhamentos entre as políticas públicas e as melhores práticas de ESG das empresas, são permeados pelas leituras reflexiva e crítica desta autoria, mediada pelo quadro comparativo entre os conjuntos temáticos e as práticas das instituições públicas e privadas apontadas neste procedimento metodológico.

### 3. *Resultados e discussão*

No Brasil, as grandes corporações empresariais, listadas no mercado de capitais, estão assumindo o processo estratégico da sustentabilidade e as melhores práticas de ESG. A Bolsa de Valores (B3) publica periodicamente o índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3), por meio do qual reconhece uma lista de empresas comprometidas com desafios da agenda do desenvolvimento sustentável.

Neste quadro, fica evidenciado que as empresas priorizam alguns objetivos de desenvolvimento sustentável, doravante, apenas ODS. Neste sentido, a leitura de que o ODS 9, que versa sobre indústria, inovação e infraestrutura, o ODS 8 relacionado ao emprego digno e crescimento econômico, o ODS 13 que diz respeito ao combate às alterações climáticas e o ODS 7 condizente com energia limpa e acessível, esses são os objetivos mais comprometidos no planejamento estratégico das empresas. Contudo, torna-se importante afirmar que as empresas também incorporam os demais ODS, porém, em menor medida. Na dimensão que se pode considerar como práticas de gestão adotadas pelas empresas, convém observar que muitas empresas constituíram processos que integram os ODS às estratégias, metas e resultados, ademais que essas empresas assumem ações ligadas ao sistema de pessoas, tecnologias e controle das atividades mediadas pela estraté-



gia da sustentabilidade. Todavia, o analítico exploratório mais preocupado com o engajamento das lideranças, no tocante ao processo estruturado para aferir a efetividade da incorporação das diretrizes da agenda 2030 às práticas de gestão da empresa, mediadas pela inclusão de critérios e indicadores do desempenho socioambiental, neste ínterim, à primeira vista, os posicionamentos das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial carecem do que se pode reconhecer como ajustes estratégicos. [7].

Na dimensão das políticas públicas voltadas a sustentabilidade, o desafio de internalizar a dimensão socioambiental para se promover mudanças no desenvolvimento se traduz na necessidade de um tratamento transversal das normas e políticas ambientais, que precisam passar de um caráter meramente corretivo e punitivo, para serem promotoras de políticas do desenvolvimento sustentável [2].

Os resultados desta pesquisa, devidamente embasados pelos conhecimentos teórico e histórico das políticas públicas e práticas de sustentabilidade empresarial, coloca em evidência que o alinhamento envolvendo instituições públicas e privadas, abrangentes dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, constitui-se como um ponto fundamental da construção estratégica da sustentabilidade na sociedade brasileira.

### *Conclusão*

No Brasil, a construção estratégica da sustentabilidade carece de alinhamentos entre o processo decisório das políticas públicas voltadas aos cuidados com o social, econômico, ambiental e a governança que se manifesta no âmbito das empresas, mediadas pelas práticas de ESG.

As empresas, dentro de seus respectivos ambientes de negócios, possuem diferentes desafios para a efetivação de suas práticas de ESG, por exemplo, o estabelecimento de diálogos claros junto aos seus stakeholders, sendo assim, a partir do embasamento teórico e analítico contido neste trabalho, a abordagem conclusiva expõe a necessidade de se estabelecer pontes entre o Estado e a governança corporativa para a construção soluções inovativas que proporcionem a integração sistêmica entre o poder decisório do Estado e as melhores práticas de ESG.



### *Referências bibliográficas*

[1] NATIONS UNITED. Global Compact. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/sdgs>. Acesso em: 10/10/2022.

[2] NETO, José Duarte. Et al. O desenvolvimento sustentável e as políticas públicas de sustentabilidade. In: MANIGLIA, Elisabete (org). Direito, Políticas Públicas e Sustentabilidade: temas atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

[3] MOURA, Alexandrina Sobreira & BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães. Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília, IPEA, 2016.

[4] CORAL, Eliza. Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82705>. Acesso em: 26/10/2022.

[5] FERNANDES, Anderson Rocha de Jesus. Et al. Sustentabilidade agrega valor às empresas? Uma análise das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Disponível em: <https://engemasp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/315.pdf>. Acesso em: 20/10/2022

[6] NETTO, Sebastião Vieira de Freitas. Et al. Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/s12302-020-0300-3.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.

[7] FAVARETTO, Sonia. A experiência do ISE B3 na Agenda 2030 e nos ODS. Disponível em: <https://iseb3.com.br/a-experiencia-do-ise-na-agenda-2030-e-os-ods>. Acesso em: 22/10/2022.